

Governo insiste em formar blocos que não dão certo

Rubem de Azevedo Lima

A nova tentativa de criação de um bloco suprapartidário, de apoio ao Governo — a terceira que se faz na Assembléa Constituinte, nos últimos dois anos — não deverá ter melhor sorte do que as anteriores, na opinião da maioria dos líderes políticos.

Para alguns desses líderes, entre os quais o deputado Ulysses Guimarães, presidente do PMDB, da Câmara e da Constituinte, são os partidos, e não os blocos partidários, os verdadeiros instrumentos da ação política democrática.

Da mesma forma que Ulysses, os líderes do PMDB na Assembléa — sobretudo os peemedebistas da linha histórica do partido, senadores Mário Covas, Fernando Henrique Cardoso e Ibsen Pinheiro — vêem a idéia da criação de se bloco de apoio ao Governo com muita desconfiança.

Na verdade, para todos eles, a proposta do bloco suprapartidário parece objetivar mais a divisão do PMDB do que a sustentação parlamentar do Governo.

Abandono

No entender de Covas, a institucionalização do bloco suprapartidário significará o abandono dos compromissos eleitorais de cada partido que o integrar.

Criado o bloco, os programas das agremiações que o formarem, e por extensão os próprios partidos, perdem sua identidade. Passa a prevalecer, nas questões políticas, econômicas e sociais, a visão pragmática da tecnoburocracia governamental ou a solução miúda, imediatista, em detrimento do essencial e dos interesses da Nação.

Na opinião de parlamentares como o deputado Fernando Lyra, de Pernambuco, recém-desligado do PMDB, o objetivo da proposta do bloco não é apenas dividir aquela agremiação, mas também assegurar, na Constituinte, a aprovação do mandato de cinco anos para o presidente Sarney.

Parlamentares do Movimento da Unidade Progressista (MUD), do PMDB, todos da linha ortodoxa do partido, concordam com a opinião do ex-ministro da Justiça. O MUP acha que a insistência do Governo em formalizar o bloco parlamentar governista não se destina a assegurar a transição democrática, mas a viabilizar, na futura carta, além dos cinco anos de mandato para Sarney, a aprovação dos interesses das forças conservadoras que o Presidente da República representa hoje, no País.

Estabilidade

Quem também discorda da tese do bloco parlamentar, como fór-

mula mágica para resolver os problemas políticos brasileiros, é o senador e ex-ministro Marco Maciel, presidente do PFL, por entender, como Covas, que essa medida pode comprometer a estabilidade dos partidos políticos. O PFL está-se ampliando em todo o País, arrematando novos correligionários, com vistas ao pleito municipal de novembro próximo. Várias personalidades já se filiaram ao PFL, como o empresário Sílvio Santos. O engajamento do partido num bloco parlamentar da natureza do que é proposto por vários ministros, entre os quais o da Habitação, Prisco Viana, induziria a opinião pública a crer que o PFL está prestes a extinguir-se.

“Um partido político” — diz o senador Fernando Henrique Cardoso, de São Paulo e peemedebista histórico — “não é um fim em si mesmo”.

Para Fernando Henrique — que esteve inclinado a deixar o PMDB, porque parte da agremiação votou, na Constituinte, em favor do presidencialismo e do mandato de cinco anos — se o partido não puder mais atender às aspirações populares, os peemedebistas devem partir para a criação de nova legenda progressista. Nesse caso, os conservadores do PMDB ficariam na posse dessa legenda e os históricos fundariam outro partido, de oposição a Sarney.



Ulysses é contra a criação de blocos partidários para substituir partidos na Constituinte

Apoio à economia e mandato

Os motivos pelos quais o Governo insiste em criar um bloco suprapartidário situacionista na Constituinte reduzem-se basicamente a dois, conforme reconheceram, em encontro no Palácio do Planalto na última semana, os ministros de maior confiança do presidente José Sarney.

São esses motivos a necessidade de se assegurar apoio parlamentar às medidas econômicas que o Governo pretende adotar nos próximos dias e fazer com que o bloco suprapartidário, apesar de seus elevados custos, ratifique, no ato das disposições transitórias da futura Constituição, o mandato de cinco anos para Sarney.

Nas avaliações feitas a respeito desse assunto, o Governo reconheceu que, ao contrário do otimismo de alguns setores afastados da Assembléa, a vitória do presidencialismo e da tese do mandato de cinco anos na parte permanente da nova Constituição não significa, necessariamente, que o esquema político do Presidente esteja forte na Constituinte. Há motivos para duvidar desse suposto fortalecimento político do Governo. Conforme reconheceu há dias o consultor-geral da República, Saulo Ramos, “agora é que a fisiologia vai aumentar”, pois muitos constituintes se julgam responsáveis

pela vitória do presidencialismo e dos cinco anos e sabem que este segundo item ainda precisa ser ratificado.

Na Assembléa, há rumores de que alguns cincoanistas vão exigir novas vantagens para votar em favor dessa tese no ato das disposições constitucionais transitórias. Os cincoanistas têm consciência de um risco político inexistente: o eleitorado irá repudiá-los nas próximas eleições.

Punição

Em 1986, os eleitores puniram, com a derrota, os congressistas do PDS que, dois anos antes, impediram a aprovação das diretas-já. Naquele pleito, o índice de renovação do Senado e da Câmara chegou quase a 70% das respectivas bancadas. Em 1990, mantido o mandato de cinco anos para Sarney, a renovação das bancadas deverá passar de 80%.

A análise dos números de votação do presidencialismo e dos cinco anos indica a perspectiva de mudança de votos, por parte sobretudo de muitos peemedebistas que, na primeira votação, apoiaram as posições de interesse do Governo. A incorporação desses peemedebistas inconfiáveis num bloco

formal de apoio ao Governo reduziria, pois, essa margem de risco.

De acordo com as pesquisas, os 304 constituintes eleitos originalmente pelo PMDB tiveram o seguinte comportamento, na votação em que os cinco anos foram aprovados: apoiaram o parlamentarismo com mandato presidencial de quatro anos 118 representantes peemedebistas (ligados ao senador Mário Covas); 127 votaram pelo presidencialismo, com cinco anos (contra Covas); 23 apoiaram o parlamentarismo com mandato de cinco anos; treze só votaram em favor do parlamentarismo, sem opinar sobre duração do mandato, e outros dez apoiaram o presidencialismo com quatro anos, enquanto onze votaram no presidencialismo e se omitiram sobre mandato, e um apoiou apenas o mandato de cinco anos, silenciando sobre sistema de Governo. O deputado Ulysses Guimarães, presidente do PMDB, absteve-se nos dois assuntos.

Segundo as análises governamentais, existem 58 votos no PMDB que não ficaram nítidos e estes, caso se somem aos da corrente ulysista do partido, que apoiou os cinco anos no primeiro escrutínio, poderão aprovar o mandato de quatro anos, se não forem atraídos ao bloco parlamentar de apoio a Sarney. (R.A.L.)



Expedito Machado não teve sucesso na formação do Centro Democrático e Ermírio nada ganhou



Arquivo 05/11/87

Divergências de interesses complicam

Devido às divergências existentes na Aliança Democrática o Governo procura há muito tempo, firmar novas alianças políticas no Congresso e na Constituinte.

Grande parte das divergências na Aliança resultou da disputa de cargos entre as duas agremiações que a constituíram. O PMDB, maior partido dos dois e ao qual havia pertencido o presidente-eleito Tancredo Neves, ganhou mais cargos do que o PFL, agremiação a que estivera ligado originalmente o ex-senador José Sarney, que assumiu a presidência com a morte de Tancredo. Mas, além da luta em torno de cargos, o conflito interno na Aliança e no Governo agravou-se também por motivos eleitorais e políticos, até assumir aspectos ideológicos.

Nas eleições para prefeito das capitais, em novembro de 1985, embora dizendo-se neutro nas disputas entre candidaturas do PFL e do PMDB (em poucas cidades esses partidos lançaram candidatos comuns), o Governo deixou transparecer suas simpatias em favor de determinados nomes. Foi o que se deu em São Paulo, onde o PFL, aliado ao PTB, ajudou a derrotar a candidatura Fernando Henrique Cardoso, do PMDB, com o candidato Jânio Quadros, simpático a Sarney.

Nova Arena

Na ocasião, como o PMDB tivesse também perdido as eleições municipais no Rio de Janeiro e em Porto Alegre, o Governo, através de jornalistas amigos do Presidente, procurou vender a idéia de que a legenda peemedebista estava virtualmente liquidada como partido político e se transformara numa nova Arena. Tal versão servia ao propósito do Governo de mudar o ministério herdado por Sarney e de se aproximar de outras agremiações mais afinadas politicamente com o Presidente. O PMDB acusou o golpe e se afastou do Presidente, a tal ponto que nem mesmo seus líderes, à época,

quiseram freqüentar o Palácio do Planalto.

Mas, com a agravamento da situação econômica, o Presidente se viu compelido a baixar o Plano Cruzado, inspirado pelo PMDB, em fevereiro de 1986, que lhe trouxe grande popularidade, na primeira fase. Restabeleceu-se o clima de bom entendimento entre os dois partidos e o Governo, até meados de setembro, quando o Planalto, de forma discreta, estimulava a candidatura do empresário Antônio Ermírio de Moraes a governador de São Paulo, pelo PFL, contra a candidatura tida como condenada ao fracasso do então senador Orestes Quércia, do PMDB.

Em Minas Gerais, porém, dava-se o contrário: assessores de confiança de Sarney, como o ex-ministro Aníbal Teixeira, participaram ativamente da campanha a favor de Newton Cardoso, do PMDB, contra a candidatura do senador peemedebista, Itamar Franco, apoiada pelo PFL.

A ação ambígua do Governo, durante a campanha eleitoral, gerou reações do PMDB e no PFL, voltando-se, então, a falar na criação de nova aliança política.

O PMDB não se conformou com a presença, no ministério Sarney, de derrotados nas urnas de 1986.

Ao empossar-se a Assembléa, os peemedebistas elegeram para liderá-los o senador Mário Covas, mais o presidente Sarney preferiu indicar o deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA) líder do Governo. A essa altura, devido ao fracasso do Plano Cruzado, substituído pelo Cruzado 2, o Governo passou a atribuir o insucesso na administração econômica do PMDB, de cujo presidente, deputado Ulysses Guimarães, se dizia que Sarney estava prisioneiro.

Centrão

Com o estímulo do Palácio do

Planalto, surgiu, então, o Centro Democrático do deputado Expedito Machado (PMDB-CE), imaginado como núcleo de novo partido governista. A idéia não prosperou. O PMDB conseguiu organizar uma Comissão de Sistematização progressista, na Constituinte, aprovando ali um projeto de Constituição mais ou menos ajustado ao que definia como exigências do eleitorado, manifestadas no pleito de 86.

Diante disso, com o apoio do empresariado e de organizações como a UDR, o Governo também estimulou a criação do que seria o Centrão, integrado por parlamentares conservadores do PMDB e de todos os partidos. Quanto ao PMDB, em fase de desengajamento diante do Governo, houve a tentativa mal-sucedida de se definir, em convenção, como os constituintes do partido votariam no caso do mandato de Sarney.

Graças ao Centrão, reabriu-se o debate em torno do projeto de nova Carta e se atrasou o mais possível o trabalho de elaboração constitucional. Com alguns reajustes em seu ministério, mas que não bastaram para transferir ao Centrão o controle fisiológico de pastas importantes, o Governo obteve sua mais importante vitória na Constituinte: a aprovação do presidencialismo e do mandato de cinco anos, no corpo permanente da futura Constituição.

Ante a reação gerada por esses resultados, muitos peemedebistas se desligaram do partido. Aproveitando a situação, o Governo dedicou-se, de novo, à idéia de institucionalizar o bloco parlamentar situacionista, suprapartidário, desistindo, agora, do impopularíssimo Centrão. Os ministros do Presidente trabalham no assunto, visando a formalizar, o quanto antes, o que os adversários do Governo chamam, no entanto, de “PC do S”, isto é, o Partido Centrão de Sarney. (R. A. L.)

Fernando Ernesto Correa

A nova Constituição será boa. Poderia estar sendo elaborada com mais rapidez e de forma mais sintética. Mas, em que pese essas ressalvas, e alguns excessos havidos no Capítulo dos Direitos Sociais, estou convencido de que será um instrumento moderno e progressista, escoimado dos extremos xenófobos ou de um Paisse faire que deixou de ser moda ainda no século XIX.

No que tange aos interesses da comunicação social, penso que já alcançamos um texto razoável, fruto de um longo entendimento com os mais diversos segmentos da Assembléa Nacional Constituinte. Esse texto poderá ainda ser aprimorado nas fases finais do processo legislativo.

A liberdade de manifestação do pensamento para jornais e revistas está assegurada. Trabalharemos, oportunamente, no sentido de levar para a Lei Federal os critérios da propagação do tabaco, álcool, medicamentos e defensivos agrícolas, cuja regulamentação não parece um absurdo, embora o ideal fosse deixar essa matéria aos cuidados do Conar.

Nas primeiras etapas do processo constitucional houve tentativas de onerar a mídia impressa com encargos incompatíveis, tais como

espaços gratuitos para sindicatos, partidos políticos, etc.

Nas negociações que encetamos, fizemos ver que o jornalismo, quando exercido pela livre iniciativa, é uma atividade privada pura, insusceptível de sofrer a intervenção do Estado ao nível proposto.

Nossa argumentação resultou vitoriosa, não mais pesando ameaças desse tipo no Projeto de Constituição, seja no texto, produzido pela Comissão de Sistematização, seja no que foi apresentado pelo grupo parlamentar denominado Centrão.

“É livre a manifestação do pensamento, independente de censura ou licença” é a maior conquista que alcançamos e que, temos a convicção, haverá de figurar entre os grandes conceitos democráticos e liberais à futura Constituição.

Quanto ao rádio e televisão, não logramos alcançar o mesmo resultado. Há ainda, nos textos em exame, um deformado entendimento do que seja concessão de serviço de interesse público, como é o caso da radiodifusão. A autoridade pública, que apenas e tão-somente deveria agir em nome do Estado para disciplinar o uso das frequências radioelétricas, que são finitas, mas em número maior do que os antigos legisladores pensavam, arvora-se a condição de co-

proprietário dessas frequências, impondo a sua utilização gratuita e coercitiva de forma abusiva e predatória. Daí resistirem ao novo diploma constitucional a requisição de tempo gratuito para representantes dos Três Poderes, partidos políticos, Voz do Brasil, Projeto Minerva, etc. Essa é uma questão que precisaria ser examinada com mais profundidade. Entretanto, continuaremos lutando para que a legislação complementar e ordinária consagre o princípio da liberdade de expressão, tornando-a uma realidade plena também para os veículos eletrônicos de comunicação.

Concluindo, gostaria de dizer, como integrante do grupo que vem acompanhando os trabalhos da Constituinte desde o seu início, que estamos satisfeitos com o estágio alcançado, ele representa avanços indiscutíveis, dentro de uma moldura democrática que enseja a continuidade do nosso trabalho. Um trabalho, que visa, acima de tudo, manter bem informada e potencialmente formada a população brasileira. Embora não venha a ser a Carta dos meus sonhos, acredito que, no final, haveremos de ter uma boa Constituição.

Fernando Ernesto Correa é vice-presidente da Associação Brasileira de Rádio e Televisão (Abert) e da Rede Brasil Sul de Comunicações (RBS)/jornais Zero Hora e Diário Catarinense.